

A Influência da Educação Financeira no Consumo de Bens e Serviços

Anna Luiza Soares Mesquita¹; José Jonas Alves Correia²; Aldir Dias de Amurim³; Antoniel dos Santos Gomes Filho⁴

Resumo: Os consumidores em geral possuem uma dificuldade para administrar seus recursos financeiros na hora de efetuar transações ou de escolher uma melhor forma de quitar uma dívida cara, trocando por uma mais barata, mediante a falta de informações de cunho educacional financeiro que não tratada com seriedade. O objetivo deste estudo foi investigar a influência da educação financeira no consumo de bens e serviços, com foco no consumo dos créditos financeiros mais utilizados pelos brasileiros: empréstimo, cheque especial e cartão de crédito. Foi realizada uma pesquisa de natureza exploratório-descritiva com dados quantitativos realizados por meio de um questionário via internet, survey. Foram analisados o nível de endividamento por parte dos indivíduos, observando sua tendência de consciência nas decisões de suas transações. Os resultados observados apontaram dificuldades na gerência das finanças pessoais dos consumidores, influenciadas pela falta de educação e/ou alfabetização financeira dos indivíduos.

Palavras-chave: Educação Financeira. Consumo. Bens e Serviços.

The Influence of Financial Education on the Consumption of Goods and Services

Abstract: Consumers in general have a hard time managing their financial resources when making transactions or choosing a better way to pay off an expensive debt, exchanging for a cheaper one, due to the lack of financial educational information that is not treated seriously. The aim of this study was to investigate the influence of financial education on the consumption of goods and services, focusing on the consumption of financial credits most used by Brazilians: loans, overdrafts and credit cards. An exploratory-descriptive research was carried out with quantitative data carried out through a questionnaire via internet, survey. The level of indebtedness on the part of individuals was analyzed, observing their tendency of conscience in the decisions of their transactions. The results observed pointed out difficulties in the personal financial management of consumers, influenced by the lack of education and / or financial literacy of individuals.

Keywords: Financial Education. Consumption. Goods and services.

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). annasm123@gmail.com;

² Doutorando e Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS). profjonasalves@gmail.com;

³ Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Leão Sampaio (Unileão). Pós-graduando em Docência no Ensino Superior (Unileão). Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Paulista (Unip). profaldirdias@gmail.com;

⁴ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente do Curso de Direito Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS). Coordenador do Laboratório Interdisciplinar em Estudos Organizacionais e do Trabalho (LIEOT-FVS). Pesquisador do Laboratório Interdisciplinar em Estudos da Violência no Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (LIEV-UNILEÃO). E-mail: antonielsantos@univs.edu.br.

Introdução

O Brasil esteve por muito tempo com a inflação altíssima no início da década de 80 a 90, chegando à 2.477,15% a.a. (PORTAL BRASIL, 2019). A cada dia os preços dos produtos eram alterados, não existia uma consistência, conforme os piques do índice de inflação. Isso impossibilitava o planejamento e controle para as compras, pois não havia como saber se o valor do dinheiro seria mais caro ou mais barato. Eram tempos incertos.

O reflexo daquela época é visto ainda hoje, os brasileiros não têm o hábito de se planejar ou tentar controlar suas dívidas para que caibam ao menos dentro de sua realidade financeira. A crise da década de 80 pode ter sido um dos fatores para a dificuldade que nosso país tem hoje em lidar com finanças pessoais.

Em concordância para a decadência monetária dos brasilienses, encontra-se as taxas de juros altíssimas de alguns serviços financeiros como, o cartão de crédito parcelado, cheque especial e empréstimo consignado. As taxas desses serviços chegaram no mês de outubro a 498,31%, 502,39% e 74,31%, respectivamente, ao ano (BACEN, 2019).

Incontestavelmente, todo esse cenário seria insignificante se todas as famílias brasileiras possuíssem um conhecimento base para planejamento e controle de suas finanças pessoais. Isso impactaria macroeconomicamente, pois haveria gastos planejados, controle orçamentário, pagamento em dia e parte do dinheiro poupado para aplicação em algum investimento (BASSOTO, 2018).

Outro fator evidente é o psicológico. Bom seria se todas as famílias soubessem utilizar domínio próprio de suas emoções na hora de realizar uma compra, não necessariamente se tornando “robôs”, mas que fossem instruídos a um controle mental para tomar decisões conscientes e seguras de suas finanças, sabendo analisar os juros, fazer pesquisa de mercado antes de comprar sem base média dos valores. Evitando agir por impulso em momentos de euforia.

Gremaud (2018), utiliza de alguns pontos para explicar o nível de consumo das pessoas. Um deles é o nível de renda que um indivíduo percebe e isso implica negativamente em outro fator que é a má distribuição de renda. O autor ainda completa refletindo que, o Governo também contribui para o nível de consumo com a carga tributária, de uma certa forma, pois implica na disponibilidade para consumir.

Outro ponto apontado por Gremaud (2018) é a questão social. Os pobres gastam à medida que ganham, enquanto os ricos, ou simplesmente com maior renda, possuem uma folga

financeira para poupar. A ideia de poupar não está ligada ao serviço de poupança e previdência oferecido pelos bancos, mas o sentido cru de seu significado, economizar, guardar para uma destinação inteligente como um investimento, por exemplo. As pessoas não aderem a ideia de poupar pelo simples motivo de ter que renunciar o consumo hoje para realizá-lo apenas amanhã. O desfrutar futuramente, exige sacrifícios hoje.

Neste contexto, esta investigação envereda-se na seguinte questão-problema: Qual a influência do nível de educação financeira sobre o consumo de bens e serviços? Desta forma, o objetivo do estudo é investigar a influência da educação financeira sobre o nível de consumo dos produtos e serviços do mercado financeiro.

A pesquisa contribui por atenuar como a educação financeira possui relevância por ser um assunto bastante presente no cotidiano das empresas e pessoas, e por ser ainda pouco discutido pela população brasileira, por ainda é um pouco incipiente no meio acadêmico dentro das Ciências Contábeis e pela necessidade de ampliar o desenvolvimento do conhecimento refletido pela baixa produção acadêmica e publicações científicas.

Esta pesquisa está dividida em cinco seções, sendo a primeira a introdução, onde são expostos a problematização, o objetivo e justificativa da pesquisa; a segunda aponta o aporte teórico, onde por meio de estudos anteriormente realizados à pesquisa é embasada e norteada, em seguida, é descrito a metodologia empregada na terceira seção; a quarta seção aponta os resultados e discussões dos achados; por fim, na quinta e última seção são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

Referencial Teórico

Educação Financeira

O objetivo de uma educação financeira consistente é o de tornar o indivíduo consciente para todas as decisões que envolvam dinheiro (EDUCAÇÃO, 2017). Essa é uma afirmativa simples e direta, porque é disso que se trata uma educação em geral, de tornar pessoas conscientes sobre determinado assunto. E ser consciente implica em ser seguro em suas decisões, o ensino leva ao conhecimento e o conhecimento leva a consciência, resultando na segurança de tomar decisões.

A educação financeira “é a arte de dominar o dinheiro” (BELINSKI, 2017). Isso faz com que haja um controle de gastos e organização das receitas e despesas de uma pessoa, por

exemplo, evitando dívidas que a levem para o prejuízo, criando limites para as transações durante cada mês. Se não houver respeito e autoconhecimento de sua real condição, não adiantará ter educação financeira.

A grande dificuldade se concentra em saber alocar os recursos, mesmo tendo conhecimento em finanças, pois ao invés de adquirir ativos, acaba-se adquirindo passivos (BELINSKI, 2017). Isso por que não é dá cultura do brasileiro investir para obter um rendimento extra, ou até mesmo viver desse trabalho, investidor, “pesquisa da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) mostra que 58% dos brasileiros não têm nenhum investimento financeiro” (BOCCHINI, 2018).

Embora os números mostrassem que 58% dos brasileiros não possuíam investimento financeiro no ano de 2018, a realidade no ano de 2019 foi mais cruel, “só 8% dos brasileiros conseguiram poupar para investir” (ESTADÃO, 2019). Isso porque houve um equívoco, inocentemente, por parte dos respondentes na pesquisa, eles consideraram a compra de carros ou imóveis como investimento, o que não se aplica como tal, financeiramente falando.

Uma das mais importantes questões sobre ser educado financeiramente, é ter uma consciência limpa em suas decisões na hora da compra de qualquer bem ou serviço, porque certamente haverá uma avaliação antes da escolha. Ter ciência de seu próprio nível de consumo é um fato muitíssimo importante, se conhecer, pois estudos mostram que a tensão financeira é o gatilho para compras imprudentes Dew e Xiao (2011), Veiga et al. (2018).

Ainda no mesmo estudo, conclui-se que a aplicação do conhecimento em finanças deve ser de forma leve, sem impedir o indivíduo de ter seus momentos de prazer, ou seja, uma comprinha aqui, outra ali. Os extremos são preocupantes, uma pessoa não pode economizar ao ponto de não possuir dívidas, assim como também não é saudável gastar tudo o que tem, ou até mesmo, além do que tem, como o próprio cartão de crédito possibilita, mas claro, não de forma consistente e sistemática.

Como mencionado, não existe educação financeira como disciplina obrigatória no Brasil, então se um indivíduo desejar se educar, deverá correr atrás. É importante também ressaltar que a consultoria financeira é muito válida, pois ali estarão profissionais que entendem do assunto e poderão ajudar outras pessoas, desprovidas desse conhecimento, para encontrar o melhor equilíbrio no orçamento pessoal de cada um. “O conhecimento em si é mesmo um poder” (MACEDO, 2013).

Assim como a consultoria ajudará a nortear sobre como agir financeiramente, é imprescindível seguir firmemente o planejamento que o consultor aconselhar e traçar para o

cliente, pois ele será a causa do sucesso. Possuir um planejamento financeiro é essencial para alcançar os planos e se contentar ao se satisfazer (MACEDO, 2013). O autor ainda completa essa afirmativa dizendo que “um bom planejamento pode fazer mais por seu futuro do que muitos anos de trabalho”.

O fato é que a educação financeira tende a ajudar pessoas a se relacionarem melhor com o dinheiro, pois para cada devedor existe um credor, então o objetivo é colocar os consumidores numa posição que seja a mais confortável nas transações.

Cartão de crédito

Antes do cartão de crédito existia como meios de pagamentos o cheque pré-datado, que funcionava como uma forma de compra a prazo, assim como funciona hoje o parcelamento por cartão, “uma invenção brasileira (...) criado para substituir os cheques pré-datados” (ESTADÃO, 2017). O que mudou de um produto para o outro foi a segurança para os lojistas, pois o custo por inadimplência da transação é totalmente do banco, sem gerar prejuízo as lojas.

O hábito de utilizar o cartão de crédito em praticamente todas operações é bem comum no Brasil, especialmente para compra parcelada. Pesquisas mostram que cerca de 52 milhões de brasileiros usam o cartão de crédito como forma de pagamento (SPC, 2015), que deve crescido nos últimos tempos.

A mesma pesquisa aponta que muitas pessoas que utilizam o cartão de crédito não sabem seu limite de crédito, desconhecem as taxas de juros mensais e também reconhecem sua atitude de gastar bem acima do que realmente pode. Foi constatado também que, uma minoria utiliza dos cartões de terceiros para comprarem, o que é arriscado para quem o empresta, pois existe a possibilidade do não pagamento e inadimplência por uma compra que o próprio titular não realizou.

Dois dos incentivos que estimula o uso do cartão de crédito é a facilidade de crédito que temos na época presente e a seguinte frase: em até dez vezes sem juros. “Por mais que as lojas digam que o financiamento é sem juros, ele não o é. Há custos embutidos no preço, que vão desde as taxas dos cartões aos gastos com telefonia e aluguel das leitoras.” (FORTUNA, 2013, p. 215-216).

Empréstimo consignado

Antes de falar do modelo consignado, vale citar o empréstimo pessoal, modalidade de crédito muito solicitada pelos brasileiros que estão em apuros. Possui muita rapidez, em menos de 24 horas é possível contratar, porém são exigidas taxas altíssimas, em maio de 2015, por exemplo, chegou a 834,17% a.a. (BACEN, 2015). Em outubro de 2019 encontrou-se absurdamente até 1.565,49% a.a. (BACEN, 2019).

Já consignado é aquele descontado na folha de pagamento de salário do trabalhador, quando a empresa possui convênio com um banco; do aposentado ou; do pensionista do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Esse tipo de empréstimo possui uma limitação com respeito aos valores das parcelas, sendo permitido até 35% do que é recebido na respectiva folha (BRASIL, 2003).

Por passar garantia ao banco de obter o pagamento automaticamente, essa modalidade de crédito dispõe de juros mais baixos, por exemplo, em outubro de 2019 o crédito consignado privado chegou até 72,92% a.a.; o público chegou até 73,46% a.a.; e o de INSS até 28,76% a.a. (BRASIL, 2019). Nessa proeza de limitação do valor das parcelas é que se encontra a ilusão, pois na verdade ele limita o poder de compra do indivíduo, pois ele se restringe para qualquer outra emergência e não existe a possibilidade de não pagar.

A ilusão também está no fato de possuir taxa de juros mais baixas, mas de fato o “empréstimo em bancos e financeiras é o maior vilão da inadimplência no país” (SPC, 2019). Uma análise feita pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) mostrou que 69% dos usuários de empréstimo estão negativados, com nomes restritos. A economista-chefe do SPC, Marcela Kawauti, fez a seguinte reflexão:

Se por um lado, o cenário econômico não vem favorecendo o equilíbrio das contas; por outro, existe um aspecto comportamental importante. Boa parte das pessoas não costuma organizar seus gastos, fazendo compras além de suas possibilidades financeiras, que muitas vezes se transformam em dívidas difíceis de serem pagas. Ao buscar empréstimo, é preciso cuidado redobrado. A preocupação em quitar débitos pendentes só é interessante quando se troca uma dívida cara por outra mais barata. Ou seja, quando o consumidor substitui o valor das dívidas que cobram juros elevados, como cartão de crédito, por exemplo, por outra com valores mais baixos, como empréstimo consignado. Caso contrário, os juros podem fazer com que as parcelas dos empréstimos fiquem inviáveis (SPC, 2019).

Em afirmação com a fala da economista, ressalta-se a importância que uma base educacional financeira traria para os brasilienses, pois saberiam lidar com suas receitas e despesas evitando dívidas que não possam pagar. Ou até mesmo sabendo lidar em momentos

de crise onde não será possível liquidar aquela despesa, tendo segurança em tomar a melhor decisão para evitar inadimplências.

Cheque Especial

Como uma forma de ajuda em emergência, o cheque especial serve. É um crédito de fácil acesso, que na verdade já está disponível para a maioria dos brasileiros que possuem alguma conta bancária e não tem pendências em seu nome. Muitas das vezes ele é, sorrateiramente, somado ao quantitativo real que uma pessoa tem em conta e, sem perceber, as pessoas ficam com uma ilusão de que aquele valor é o total do seu verdadeiro saldo disponível. Sem burocracias, sem solicitações, ele simplesmente está à disposição. Essa uma das maiores ciladas que os brasileiros caem, por que ele possui uma das taxas de juros mais altas entre os créditos disponíveis no mercado, em outubro de 2019, por exemplo, foi registrado um percentual de até 527,88% a.a. (BACEN, 2019).

Um estudo mostrou que “51% dos brasileiros que possuem cheque especial desconhecem as taxas de juros” (SPC, 2017). É de se esperar a falta de conhecimento das pessoas, pois elas não possuíram e/ou não possuem educação financeira. O fato é que os juros são elevados porque ele não é um crédito que é disponibilizado com a garantia de recebê-lo de volta, por isso é tão simples acessá-lo.

O que seria para emergência, acabou se tornando rotineiro para muitos brasileiros, o “cheque especial é usado por três em cada dez internautas que extrapolam suas finanças” (SPC, 2015). Isso mais uma vez está diretamente ligado a falta de educação financeira, afetando o comportamento financeiro dos indivíduos que não sabem controlar e organizar seus orçamentos.

Na tentativa de diminuir o número de endividados por cheque especial, o Banco Central (BACEN) anunciou em 2018 algumas mudanças para que os bancos viessem a seguir, regras visando não aumentar o número de negativados. Em suma do que ficou acordado foi que o banco deveria avisar ao cliente quando ele não tiver saldo suficiente na conta e precisar usar o limite do cheque especial. A Centralização de Serviços dos Bancos (SERASA), publicou as novidades ditas pelo BACEN, que entraram em vigor dia 1º de julho de 2018:

Será preciso deixar claro que o cliente contratou um crédito pré-aprovado; O banco precisará oferecer uma opção para o cliente parcelar o saldo devedor com juros mais baixos do que o original e; O valor do limite do cheque especial deve ficar claro no extrato, para não ser confundido com o saldo disponível na conta corrente do consumidor (SPC, 2018).

A mudança feita pelo BACEN ajuda a informar aos usuários sobre o envolvimento dele com o crédito, evitando que o cliente caia numa cilada ao pensar que o crédito disponível em sua conta é seu real saldo e também, pela notificação que o indivíduo terá no ato da sua contratação desse crédito, deixando bem claro.

Estudos Anteriores

A pesquisa científica é essencial para qualquer ramo de estudo, pois ela contribui para o crescimento, conhecimento e aperfeiçoamento do saber como um todo. “A pesquisa, além de ser uma via para a construção de conhecimento e informações, é base para o progresso humano no mundo científico, tecnológico e cultural’ (MOTTA, 2011). Em concordância com a importância que os métodos quantitativos trazem para suas respectivas áreas, discute-se algumas contribuições encontradas na educação financeira.

Em uma análise feita no norte do Paraná, por Vieira; Bataglia e Sereia (2011), aplicando o método de determinação do tamanho de uma amostra para um universo finito, buscaram conferir se a educação financeira recebida nos cursos de graduação em Administração, Economia e Contabilidade, influência nas decisões de consumo, poupança e investimento dos alunos.

Conforme o esperado, verificou-se que de fato que esses cursos voltados a finanças de um modo geral, influência positivamente em suas o comportamento financeiro pessoal dos indivíduos. Não esquecendo também da influência que as famílias trazem para os estudantes, sendo de relevância no processar da pesquisa, como relataram os autores.

De outra forma, assim como pincelamos levemente no comportamento que os consumidores podem apresentar, como comprar por impulso devido ao crédito livre e enganos de taxas de juros não avaliadas na hora da compra, Coladeli; Benedicto e Lames (2013) realizaram um estudo, de natureza qualitativa descritiva com entrevistas pessoais, voltado ao comportamento do consumidor no mercado de bens e serviços.

Concluiu-se que um dos problemas que concerne a dificuldade das pessoas em se manterem seguros no mundo das finanças, é a falta da educação financeira. Existe uma enorme dificuldade no que se diz respeito ao gerenciamento dos próprios recursos financeiros, os fazendo levar a inadimplência e mais dívidas, por não haver planejamento e controle. “O consumismo não é apenas uma prática de esbanjamento do dinheiro. É também, sobretudo, um quadro cultural e de comportamento social”, afirmaram os autores.

Como é sabido, as escolas não possuem a disciplina de educação financeira como obrigatória, contribuindo para o analfabetismo financeiro. Conforme a pesquisa qualitativa de Carvalho e Scholz (2017), por meio de um estudo de caso, sobre a importância da educação financeira aplicada para os alunos de ensino fundamental e médio na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio no Rio Grande do Sul, perceberam que na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não existe uma estimulação para o ensino de, no mínimo, finanças pessoais.

Existe uma aplicação de leve na disciplina de matemática sobre juros, porcentagem, mas que na realidade “se vê o básico do básico, quando a turma rende” disse uma das professoras entrevistadas. O que deveria ser tratado com mais seriedade, pois o ramo da matemática que é voltado para as finanças, a própria matemática financeira, é o que envolve a educação financeira.

Através de seus assuntos ela constrói o conhecimento e a prática de um sujeito para lidar com o mercado. Essa ciência pode fazer enorme diferença, positivamente, no bolso das famílias se, ensinada nas escolas, for aplicada a situações cotidianas de um mero consumidor, como foi visto por Cunha e Laudares (2017). Eles defenderam uma dissertação de mestrado focando nos conceitos e cálculos da matemática financeira para o objetivo da pesquisa, que foi a educação financeira.

Elaboraram e aplicaram questões de conhecimento econômico, social e político. Os alunos da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que foram entrevistados, tiveram dificuldades no início, mas com o passar da experiência puderam compreender o funcionamento prático, e até levaram para os mestrandos questões vividas por eles mesmo. Embora o estudo de caso se deu para nível superior, as questões aplicadas eram cotidianas, ou seja, facialmente adaptada para o ensino fundamental.

Outro fator importantíssimo para as pesquisas científicas na área da educação financeira é a distinção entre os termos educação e alfabetização. Buscando evitar vieses, Silva et al. (2017), realizaram um estudo a fim de encontrar indícios de suas particularidades. A pesquisa foi realizada em três amostras selecionadas por conveniência. Observou-se que a educação

financeira é o conhecimento adquirido pelos indivíduos do assunto, já alfabetização financeira diz respeito as atitudes, as práticas desse conhecimento adquirido.

Os dois estão interligados, mais especificamente, não se pode ser alfabetizado sem antes ter educação, financeiramente, pois um trata do conhecimento adquirido e o outro do que se fará com esse conhecimento, se o porá em prática ou não. Segundo os autores, “47% dos estudos analisados sobre o tema utilizaram os termos alfabetização e educação financeira como conceitos sinônimos”.

Retomando ao quesito do comportamento financeiro, com um objetivo de validar a escala do Comportamento de Gestão Financeira Pessoal (GFP), desenvolvida por Dew e Xiao (2011), foi realizado um estudo empírico para tal, mensurando as atitudes dessa gestão, também a impulsividade nas compras e a tensão financeira adquirida Veiga et al. (2018). A pesquisa foi realizada com levantamento via internet.

Pode-se observar que consumidores impulsivos vivem cheios de tensão financeira, pois compram impulsivamente mediante os estresses de dívidas atuais. Já os consumidores educados reduzem suas compras impulsivas através do autocontrole. Isso nos permite observar que o domínio próprio é um causador de prejuízo ou lucro no fim do mês dos consumidores.

Por fim, podemos trazer menção a uma capacitação em educação financeira que foi realizada pelas pesquisadoras Merola e Carraro (2018), buscando analisar as percepções adquiridas por adultos. A capacitação ocorreu numa instituição federal de ensino superior, coletando dados através de uma plataforma virtual, semanalmente. A pesquisa foi classificada como qualitativa descritiva.

Os resultados foram muito positivos, os envolvidos adquiriram boas e simples práticas, como anotar todas as despesas mensais, pensar antes de comprar, evitando agir por impulso, buscando cortar despesas para que coubesse dentro de seus próprios salários e não superior ao que recebiam.

Houve um reconhecimento por parte dos adultos, eles receberam bem os ensinamentos e instruções, o que acarreta um incentivo para se realizar mais capacitações por todo Brasil. As pesquisadoras até propuseram futuras pesquisas para averiguar a evolução dos indivíduos que fizeram o curso.

Metodologia

Quanto ao objetivo proposto esta pesquisa classifica-se em exploratório-descrita. O caráter exploratório se dá por investigar um fenômeno em uma vertente pouco explorado, já em termo de pesquisa descritiva, busca descrever as principais características relacionadas a educação financeira, bem como sua influência no consumo de bens e serviços financeiros.

No que concerne ao problema de pesquisa e a natureza dos dados, a pesquisa é quantitativa. Desta forma, por meio dos resultados são apontados dados quantitativos referente o comportamento do consumidor, observando como estes agem quando interagidos com o mercado financeiro.

Em termos procedimentais, a pesquisa também se classifica como um *survey*. Para fazer o levantamento dos dados, utilizou-se do instrumento de coleta de dados do questionário estruturado visando obter informações sobre o público respondente, que por se tratar de uma análise junto a consumo de produtos, qualquer consumidor pode ser tido como alvo à pesquisa.

O questionário foi dividido em dois blocos: o primeiro intuindo perfilar os respondentes da pesquisa, assim, foram apontadas perguntas para caracterizar o público, como idade, gênero, renda familiar, grau de instrução; no segundo bloco as perguntas direcionam a entender se o respondente (consumidor) possui traços de educação financeira, apontando seu comportamento frente a situações que acontecem no mercado real. O questionário foi aplicado online entre novembro e dezembro de 2019.

Resultados

Para coleta de dados utilizou-se de questionário estruturado via internet, *survey*, nos períodos de novembro a dezembro de 2019 e ao final do período, foi coletado 161 respostas válidas. Fez-se a interpretação das respostas dos alcançadas pelos estudos anteriores aqui citados em tópicos acima. As perguntas abordadas neste questionário têm uma finalidade de entender como as pessoas lidam com seu dinheiro em situações simples, cotidiana e como eles enxergam suas atitudes e a importância de se ter educação financeira para lidar com essas situações.

O questionário foi formado por 16 questões, onde as quatro primeiras são de caráter obrigatório com a finalidade de perfilar o respondente. Entre os 161 respondentes, 81 foram do

sexo feminino e 80 do masculino, obtendo assim uma coleta homogenia em termos de gênero. Dentre outros resultados são discutidos abaixo.

Quanto aos três tipos de créditos que foram citados neste artigo, 47 respondentes alegaram já ter solicitado algum tipo empréstimo bancário, correspondendo a 29,19% do total de respostas, e dentre eles, 9 afirmaram a inadimplência na hora do pagamento por não ter recursos suficientes para quitá-los. Apenas 8,7% afirmam que nunca fariam um empréstimo bancário e buscariam outro meio de conseguir o crédito precisado.

Quanto ao cheque especial, 35,4% dos inquiridos afirmaram já terem utilizado o crédito e 15,79% admitiram não terem reposto no prazo, levando a uma dívida maior pelos juros que incidiu. Por outro lado, 22,81% dos que já utilizaram o cheque especial, relataram de forma positiva a devolução do crédito em tempo hábil, evitando a incidência do juro e devolvendo exatamente a quantia que foi utilizada, fazendo um bom uso desse tipo de empréstimo.

Por último, o cartão de crédito, aproximadamente 66,46% declararam possuir o cartão de crédito e desses, 23,36% se avaliam como usuários moderados, tendo um controle de tudo o que é transacionado no cartão. Dos respondentes que utilizam o cartão, independentes de possuírem em seu nome ou não, 38,46% já entraram no rotativo, sujeitos à juros altíssimos do cartão. Do total de respondentes da pesquisa, 10,63% confessaram usá-lo constantemente, em quase todas as suas compras, isso porque existem um falso sentimento de controle nas transações parceladas e isso é melhor entendido na situação abaixo.

Foi empregado, no questionário, uma situação de uma compra de um celular no valor de R\$1.000, onde o indivíduo se coloca entre duas alternativas para a compra: pagar à vista, por R\$1.000 ou, pagar a prazo, em 12x de R\$100, totalizando um gasto de R\$1.200 pelo aparelho. Essa questão ajudou a entender se o indivíduo costuma analisar os juros que é posto sobre os produtos, consequentemente, se ele tende a optar por pagar menos em suas transações.

Verificou-se que 31,06% dos respondentes, pagariam a prazo, ou seja, existe uma tendência forte na não observância dos juros que incide sobre uma compra, porque tende a olhar para a parcela que é menor, comparada ao valor total do produto. Como afirmaram 42 respondentes que preferiam pagar a prazo porque a parcela é pequena. Tende a ser uma consequência pela falta de educação financeira que uma simples aula de matemática traria, como foi visto por Cunha e Laudares.

No que se refere a controle de gastos, foi apurado, felizmente, 48,45% de indivíduos que possuem consciência de seu fluxo de caixa por meio de anotações, dando a devida atenção ao que lhe é disponível para gastar, evitando dívidas impossíveis de se quitar, inadimplências e

restrição de crédito em seu nome. Em confirmação com as respostas dessas 78 pessoas que afirmaram ter controle de seus gastos, apenas 4 delas estão com restrição de crédito.

Foi averiguado também, uma parcela de 42,86% que afirmam terem controle de seus gastos por meio da própria mente, utilizando a memória, o que não é um instrumento confiável de controle, logo, esses respondentes possuem um falso sentimento de que possuem controle sobre suas finanças. Essas pessoas tendem a gastar de forma inconscientes, sendo levados por um caminho de facilidade de dívidas incontidas. Tanto é que metade das pessoas que afirmaram manter o controle de suas finanças na mente, possuem ou já possuíram restrição de crédito.

Quando os respondentes foram questionados sobre investimentos, 45,63% declararam que gostariam de investir, mas não possuíam conhecimento para tal, mas aproximadamente 25% deles não apresentaram interesse em pagar para a obtenção de tal conhecimento. O que afirma no tocante o que foi tratado neste artigo sobre a importância de um profissional que atenda os consumidores em geral, prestando consultoria independente, ou até mesmo mediante instituições financeiras. Porém o problema está na importância que a sociedade dará a esses profissionais.

Em uma positiva coleta, aproximadamente 69% dos indivíduos afirmaram não realizar compras quando tensos, estressados ou preocupados, procurando outras formas de aliviarem a tensão. Isso é importante porque mostra uma grande parte da amostra tendo controle sobre seu dinheiro, não comprando por impulso, de forma compulsiva. Mas, 19,25% reconheceram comprar compulsivamente, buscando um alívio emocional nas compras, e dentre eles, a metade afirmaram que poder pagar pelos gastos através de parcelas no cartão de crédito.

Porém, mais da metade dos que afirmaram poder pagar pelas compras compulsivas, estão ou já estiveram com restrição de crédito e já atrasaram ou atrasam suas contas do cartão. O que remete novamente a ilusão causada pelo cartão de crédito, como vimos no início da apuração dos resultados. O consumidor enxerga apenas uma parte todo mês, e não o todo, criando uma bola de neve descontrolada.

O que gera uma preocupação ainda maior, pois estão desprovidos de conhecimento, mas acreditam estarem, ou de fato o possuem, são apenas educados e não alfabetizados financeiramente, ou seja, são detentores do saber, mas não praticam, como foi descrito por Cunha e Laudaes no tópico de estudos anteriores.

Em termos de controle financeiro, 116 dos respondentes acreditam serem possuírem controle de suas finanças, totalizando 72,05% do total. Porém 43 deles (37,07%) possuem histórico de atrasar suas contas, e 7% dos que atrasaram, tiveram seus nomes com restrição de

crédito. Do restante que responderam, 44 pessoas, declararam o descontrole de suas finanças e a metade afirmou querer ajuda para saber lidar com o próprio dinheiro.

Sobre possuírem inadimplência em seus nomes, ou restrição para crédito, se encontram pouco menos de 20% nesta situação, mas 25,47% já se encontraram nesse quadro, e 5% dos que estão inadimplentes, estão pela segunda vez.

As duas últimas questões são complementarem entre si, pois uma tira do respondente seu sentimento com relação a educação financeira e a outra busca o quanto ele está disposto a pagar para ter tal conhecimento, ou o aperfeiçoamento, se assim desejar. Foi observado que pouco menos de 70% afirmaram que a educação financeira é de extrema importância curiosamente, 25% dos que declararam tal coisa, não estão dispostos a pagar qualquer quantia para isto.

De uma maneira geral, 157 respondentes afirmaram a importância da educação financeira, representando 97,52% da amostra, porém 40 deles, não pagaria valor algum para possuir ou se aperfeiçoarem financeiramente.

Por último, é possível verificar, conforme a Tabela 1, que as inadimplências, sobre as modalidades de crédito observadas no presente artigo, são concentradas nas rendas mais baixas, como afirmava Gremaud (2018). Especialmente entre R\$1.000 e R\$2.000, onde concentrou-se os indivíduos mais jovens que se encontram na universidade.

Tabela 1. Cálculo simples das inadimplências com as três modalidades de crédito e análise da renda com a restrição de crédito - % sob o total de respondentes

Renda	Empréstimo	Cheque Especial	Fatura do Cartão de Crédito	Restrição de Crédito	TOTAL
até R\$998	1,86%	1,24%	6,88%	5,00%	8,10%
R\$1.000 à R\$2.000	1,24%	1,86%	17,50%	18,66%	39,26%
R\$2.000 à R\$3.000	1,86%	1,24%	8,75%	8,13%	19,98%
R\$3.000 à R\$4.000	0,62%	0,62%	7,50%	3,75%	12,49%
Acima de R\$5.000	0,00%	0,62%	4,38%	3,13%	8,13%

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Considerações Finais

As avaliações da pesquisa trazem informações que despertam a consciência de que nossas decisões geram impacto em nossas finanças e são influenciadas tanto pelo nosso

emocional, nossa bagagem cultural como pelo conhecimento específico que possuímos. A matemática tem importância notável nessas decisões, porém pouco aplicada nas escolas, como foi visto por Carvalho e Scholz.

O domínio próprio também é um fator forte na tomada de decisão, pois os sentimentos induzem a agir por impulso na hora de comprar, como disse Viega et al., confundindo a real necessidade com meros desejos, segundo Macedo Jr., onde percebe-se que o emocional não é algo a descartar numa pesquisa sobre educação financeira. Ele muito influência nas decisões.

A cultura de um país também reflete no modo como as famílias se comportam financeiramente, suas tendências a se endividarem, terem problemas com o crédito, a maneira como vai administrar seus orçamentos em geral. O que é visto no Brasil de forma negativa, pois não é ensinado como cuidar de seu dinheiro, nem é validado a importância de poupar para realizar alguma aplicação, como foi relatado pelo Bassoto.

Mediante as interpretações, limitadas à coleta, pode-se concluir que ainda existe uma resistência por parte dos consumidores quanto a inclusão da educação financeira, evita-se se inteirar do assunto, mas entende-se o tamanho de sua importância. Essa divergência se dá pela não seriedade no âmbito escolar, fazendo com que o indivíduo cresça sem saber lidar com o próprio dinheiro e, torne-se um adulto sofrerá com a falta de conhecimento do mundo financeiro.

Conclui-se também que a falta de planejamento dos próprios gastos tende a causar um descontrole emocional, levando o indivíduo a compras compulsivas e, conseqüentemente, aumentando sua parcela de dívidas. A pesquisa também se limita ao tempo de preparo, coleta e elaboração do trabalho, evitando uma melhor análise de cunho científico, com dados de estatísticos comprobatórios do que foi aqui interpretado.

A amostra também, em sua pequenez, causa uma limitação para melhor conclusão a respeito do assunto, que por sua vez, já paira sobre uma escassez de estudos e materiais acadêmicos para uma melhor compreensão e comparação de resultados com estudos anteriores.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Modalidades de Crédito**. 2019. Dispõe das taxas de juros equivalentes as suas respectivas modalidades de crédito. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/txjuros>. Acesso em: 12 fev. de 2019.

_____. **Relatório de Taxa de Juros**. Nov. 2019. Dispõe da taxa de juros do crédito pessoal consignado pessoa física. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuros/>

?path=conteudo%2Ftxcred%2FReports%2FTaxasCredito-Consolidadas-porTaxasAnuais.rdl &nome=Pessoa%20F%C3%ADsica%20-%20Cr%C3%A9dito%20pessoal%20consignado %20privado¶metros=tipopessoa:1;modalidade:219;encargo:101&exibeparametros=false &exibe_paginacao=false. Acesso em: 14 fev. de 2019.

BASSOTO, L. **Educação financeira: problema para a maioria dos brasileiros.** Nov. 2018. Disponível em: <https://cointimes.com.br/educacao-financeira-para-brasileiros/>. Acesso em: 18 fev. de 2019.

BELINSKI, H. **Educação financeira – conceitos e 11 dicas para ficar rico.** abr. 2017. Disponível em: <https://blog.rico.com.vc/educacao-financeira>. Acesso em: 08 mar. de 2019.

BRASIL. Decreto-Lei n. 7.397, 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm. Acesso em: 26 fev. de 2019.

_____. **Lei n. 10.820**, 17 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.820.htm. Acesso em: 02 mar. de 2019.

BLOG BTG PACTUAL DIGITAL. **Educação Financeira: o que é, por que é importante e dicas.** São Paulo, 24 nov. 2017. Disponível em: <https://www.btgactualdigital.com/blog/investimentos/2635>. Acesso em: 22 fev. de 2019.

BOCCHINI, B. **Pesquisa mostra que 58% dos brasileiros não têm investimentos.** ago. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-08/pesquisa-mostra-que-58-dos-brasileiros-nao-tem-investimentos>. Acesso em: 04 mar. de 2019.

COLADELI V.; BENEDICTO S.; LAMES E. Educação Financeira x Comportamento do Consumidor no Mercado de Bens e Serviços. In: Congresso Brasileiro de Custos, 26., 2013, Curitiba. **Anais eletrônicos.** Uberlândia, 2013. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/26>. Acesso em: 12 mar. de 2019.

ESTADÃO. Mania de brasileiro: após pré-datado, o negócio é parcelar no cartão. **Diário do Comércio**, São Paulo, 22 ago. 2017. Finanças. Disponível em: <https://dcomercio.com.br/categoria/financas/mania-de-brasileiro-apos-pre-datado-o-negocio-e-parcelar-no-cartao>. Acesso em: 14 mar. de 2019.

FORTUNA, E. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços.** 19. Ed. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2013.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; JPUNIOR, R. T. **Economia Brasileira Contemporânea.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MACEDO, J. S. J. **A árvore do dinheiro.** 1. ed. São Paulo: Insular, 2013.

PORTAL BRASIL. **Índice Nacional de Preços ao Consumidos Amplo – IPCA (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – IBGE.** Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.portalbrasil.net/ipca.htm>. Acesso em: 27 fev. de 2019.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC). **Índices Econômicos**. 2015. Relata os milhões de brasileiros que usam o cartão de crédito como forma de pagamento. Disponível: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/936>. Acesso em: 15 mar. de 2019.

SILVA, G. et al. Alfabetização Financeira versus Educação Financeira: Um estudo do Comportamento de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 7, n. 3, p. 279-298, set./dez., 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/3726>. Acesso em: 10 mar. de 2019.

VEIGA, R. et al. Validação de Escalas Para Investigar a Gestão Financeira Pessoal. **Revista Brasileira de Gestão de negócios**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 332-348, abr./jun. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-48922019000200332. Acesso em: 12 mar. de 2019.

VIEIRA S.; BATAGLIA R.; SEREIA V. Educação Financeira e Decisões de Consumo, Investimento e poupança: Uma Análise de Uma Universidade Pública do Norte do Paraná. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 9, n. 3, p. 61-86, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/345>. Acesso em: 25 fev. de 2019.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

MESQUITA, Anna Luiza Soares; CORREIA, José Jonas Alves; AMURIM, Aldir Dias de; GOMES FILHO, Antoniel dos Santos. A Influência da Educação Financeira no Consumo de Bens e Serviços. **Id on Line Rev.Mult.Psic.**, Outubro/2020, vol.14, n.52, p. 729-745. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 20/10/2020;

Aceito: 23/10/2020.